CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº DE 2013. (Do Senhor ASSIS MELO)

Requer a realização de Audiência Pública na CTASP — Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o objetivo de debater e prestar informações acerca da 102ª reunião da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça, no mês de junho de 2013.

Senhor Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelência, com base no artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com o objetivo de debater e prestar informações acerca da 102ª reunião da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça, no mês de junho de 2013.

Sugiro seja convidado o Ministro do Trabalho, Manoel Dias.

Deputado ASSIS MELO PCdoB/RS

19076DCC00

JUSTIFICAÇÃO

Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1969, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 183 Estadosmembros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização, seguindo os quatro princípios fundamentais: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação no emprego ou na ocupação.

Em 2013, a OIT realizou, em junho do presente ano, sua 102ª Conferência Internacional do Trabalho, da qual participaram os Deputados Assis Melo, Chico Lopes, Roberto Santiago, Sebastião Bala Rocha, Antônio Valadares Filho, Márcio Macedo, Doutor Grilo, André Figueiredo, Walney Rocha, Augusto Coutinho, Sandro Mabel, Flávia Morais e Laércio Oliveira entre os cerca de 5.000 delegados representando governos, empregadores e trabalhadores dos 185 Estados Membros da OIT.

Enquanto membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público desta casa, participamos da discussão de temas relacionados com a proteção social, com o desenvolvimento sustentável e com o diálogo social.

O primeiro tema, intitulado "O Emprego e proteção social no novo contexto demográfico" foi promovido por meio da abordagem acerca de como o "envelhecimento da população" repercute profundamente nas políticas de emprego e de proteção social, incidindo no trabalho e na escassez de qualificações, na produtividade e na renda, na pobreza e na informalidade, na cobertura da proteção social, na sustentabilidade dos regimes de seguridade social, nas migrações e em muitos outros âmbitos que requerem respostas normativas estruturais, visionárias, idôneas e que sejam aplicadas a tempo. O segundo tema, por sua vez, relativo ao desenvolvimento sustentável, ao trabalho decente e aos empregos verdes, suscitou a necessidade de preservação do meio ambiente natural e de garantia do acesso ao trabalho decente para todos, vez que a crise econômica mundial vigente exacerbou os problemas sociais e ecológicos, mas ao mesmo tempo afiançou-se o reconhecimento da importância primordial do trabalho decente frente ao desenvolvimento sustentável. Por fim, a partir do tema "Diálogo Social" foi possível tendências, desafios e oportunidades relacionadas

aos atores e às instituições de diálogo social por meio de uma avaliação das diversas realidades e necessidades que existem no contexto da globalização.

Além disso, a Ratificação da Convenção nº 189 também estava em pauta. Trata-se de instrumento que tem o objetivo de garantir às trabalhadoras e trabalhadores domésticos que estes possam desfrutar de condições justas de emprego, corrigindo o fato de que o setor sempre foi um dos que apresenta maior déficit de trabalho decente e de proteção do trabalho nas legislações nacionais em todo o mundo. A aprovação por 396 votos a favor, 16 contra e 63 abstenções dessa histórica Convenção, que constitui o primeiro instrumento jurídico internacional sobre o trabalho doméstico, pretende garantir condições de trabalho decentes a pelo menos 52,6 milhões de pessoas no mundo, em sua maioria mulheres.

Solicito, assim, o apoio dos nobres pares para aprovação desse requerimento, tendo em vista que se mostra necessário seja oportunizado à Delegação desta Casa o espaço para que a classe trabalhadora brasileira possa ser informada acerca dos avanços obtidos a partir das discussões realizadas da 102ª Conferência Internacional do Trabalho.

Sala das Comissões, de julho de 2013.

Deputado ASSIS MELO PCdoB/RS